



## TEXTO DE LUCIANO LUIZ MANARIN D'AGOSTINI

### ECONOMISTA CORECON/PR 6791.

#### **Um país atolado na crise política, econômica e social pelos próprios erros durante a social-democracia**

Alguns dos objetivos que os governos centrais devem ter em sua cartilha, caso queiram promover o desenvolvimento econômico nação são: prover os bens e serviços públicos, serviços estes essenciais, aumentar a renda per capita, distribuir a renda, melhorar a qualidade de vida e bem estar social da população. Para isto, precisam de um plano à nação, um planejamento com objetivos claros factíveis de curto, médio e longo prazo. Um grupo de políticos e ideólogos de pensamento nobre poderiam pensar na vida da população, independente da perpetuidade no poder do seu partido, dos aliados e mandato. Pode-se buscar um plano estrutural executável com o objetivo de fazer com que a vida da maioria da população não seja fútil, vazia, inútil, superficial, dedicada a crimes diversos e banalidades, as quais geram elevados custos à sociedade.

A população, de modo geral, não consegue comparar o que ocorre com a dinâmica política, jurídica, social e econômica no seu país em relação ao resto do mundo. O governo consegue porque cientistas políticos, econômicos e sociais estão à disposição para elaborar pesquisas e acompanhar relatórios. Além de especialistas, o governo tem a disposição instituições internacionais de apoio, orientação ao desenvolvimento e formação de políticas públicas.

Um político de pensamento nobre poderia pensar na seguinte frase: para que gerar, ao longo de anos, por exemplo, uma população desprovida de educação de qualidade? Para que colocar um habitante a mais no país? Certamente habitantes a mais no país não são, por si só, ingrediente para a economia crescer no longo prazo, defender o território, ter um bom desenvolvimento econômico ou ter renda per capita elevada. Basta lembrar da história de Bangladesh, Haiti e países africanos onde a população é desprovida de educação, sem acesso a tecnologia, com baixíssima produtividade do trabalho e desenvolvimento de políticas públicas para melhorar o quadro socioeconômico. Um estadista de grande nobreza e sua cúpula poderiam pensar que a medalha de ouro seria alcançar o desenvolvimento econômico e social, similar à países desenvolvidos, como a Dinamarca e Noruega, e sem elevados endividamentos. Criar condições de apresentar, em um horizonte de planejamento, um bom quadro socioeconômico.

No Brasil, precisamos juntar os cristais quebrados, jogá-los no lixo, reconhecer os erros dos diversos agentes econômicos para, então, buscar o fundamento que realmente o Brasil necessita: evoluções de ordem política, jurídica, constitucional, legislativa, executiva, penal e educacional. Precisamos entender as raízes da crise da social democracia brasileira dos últimos 30 anos. E precisamos entender como ocorreu a ruptura da democracia, com o impedimento da continuidade do mandato de Presidente da República Federativa do Brasil, em 2016. Em outras palavras, é muito importante entender por que o Brasil está atolado na crise política, econômica, constitucional, jurídica e social.

No Brasil, a social democracia implementou um conjunto de leis, diferentes daquelas que tínhamos no regime militar. Porém, ao longo da democracia, o desrespeito às leis é crescente e, com isto, a desordem floresce. O progresso se transformou em regresso. Existe assim, uma “desordem e regresso”. Sendo um fenômeno natural que pode ocorrer em qualquer sistema político, caso não seja combatida com disciplina e respeito às leis, pelas próprias forças, a desordem contamina o sistema e aumenta. O aumento da desordem observada na sociedade brasileira e em quem a governa, leva qualquer sistema à deriva, à sorte e à incerteza, seja ele social democrático, autoritário, monárquico ou parlamentar, levando inclusive ao rompimento, passando para um outro sistema. O fato é que uma gigantesca onda de desordem assola o Brasil. São desordens e desarranjos de naturezas políticas, jurídicas, administrativas, econômicas, morais e de governança. Desordem estas que pressupõem falta de responsabilidades em todos os níveis. A desordem no Brasil lança enfim, aos cidadãos, principalmente aos pobres e uma parte não desprezível da classe média, um desespero profundo, uma falta de segurança ante ao futuro, e que os faz, em última instância, não acreditar em nada e no sistema político escolhido.

O mal exemplo que chega à sociedade, vindo do poder constituído pela social democracia entre 1984 a 2016 e, posteriormente, com o governo inconstitucional-jurídico implantado em 2016, fez do Brasil um novo Estado de desordem mundial explícita. E a desordem estimula e excita o que de pior existe em qualquer ser humano: a ganância pelo poder, o ganho fácil, a corrupção e a desonestidade. Aumentam o ódio, a não cooperação, a violência e a desconfiança entre membros da sociedade. Pelas próprias forças, a desordem, no limite, cria uma sociedade sem referências, correndo desesperadamente apenas pelos seus próprios interesses, de forma desenfreada, do tipo salve-se quem puder, sem nenhuma perspectiva e sem objetivar nada no horizonte. No limite, uma guerra civil se instala, observa-se um lutando contra o outro e uma crise sem prazo para terminar. De fato, o Brasil está em desordem, mas ainda não estamos na desordem caótica, a tal ponto de uma guerra civil se instalar. O fato é que hoje a sociedade brasileira está doente porque a desordem é visível e aumenta. É um quadro clínico que tem o núcleo a falta de coordenação motora, porque a sociedade está desarticulada e desorganizada. Nesta nova desordem brasileira, porque já ocorreram várias desordens após a independência do Brasil, os diversos segmentos da sociedade, debatem-se, de forma irracional, cada um tentando sobreviver ao verdadeiro estado de choque em que se encontra a nação. E a tendência natural nos próximos anos, com a irracionalidade intrínseca no sistema, é o aumento da desordem. E é muito importante visualizar o horizonte do progresso das próximas duas a três décadas, *ceteris paribus*, se a desordem continuar aumentando. Podemos, inclusive, gerar pelas incompetências sucessivas, pelas faltas de correções de erros do passado, gerar uma profunda guerra civil, ou gerar movimentos separatistas, ou gerar a entrada do narcotráfico definitivamente no poder visual e operacional. São movimentos que podem ou não levar o Brasil ao rumo do desenvolvimento, no caso de um movimento separatista e seu novo território, mas também, pode gerar um estado de natureza que produza uma destruição do país, similar ao que ocorreu na Síria, pela briga do poder, ou produzir um país como a Somália ou Sudão, comandados pelo narcotráfico, inclusive com mortes de centenas de milhares de civis e até mesmo uma fuga em massa da população, para algum local que os forneça mais esperança de vida.

O Brasil está atolado numa profunda crise de ordem política, jurídica, constitucional, econômica e social pelos próprios erros do passado, por uma inércia cancerígena de erros passado e que é, temporalmente, carregado ao presente e futuro. As raízes da crise do modelo da social democracia, na República Federativa do Brasil, começam na transição do antigo regime militar para o então moderno regime social-democrático, e que foram consolidados com a promulgação da Constituição em 1988. Trata-se das relações entre o sufrágio universal, o lento aumento do nível de escolaridade ao longo dos anos e a corrupção. Estas três relações são os defeitos genéticos da social democracia brasileira, esta que era uma alternativa ao desenvolvimento econômico, e que impulsionam o aumento desenfreado da desordem.

A primeira lógica da desordem da social democracia começa no paradigma político versus educação. Por exemplo, por quê os políticos precisam ter um pouco mais do que o analfabetismo para se candidatar? A resposta está no parágrafo 4 do capítulo 4 da Constituição de 1988 que, além de outras regras, dita que “**são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos**”. Como pode, por exemplo, um candidato a cargos políticos das esferas municipal, estadual ou federal exercer suas funções administrativas sem ter noções de civismo, política e ainda beirando o analfabetismo? Para habilitar uma farmácia e vender remédios, é necessário ter um responsável técnico com alto grau de escolaridade. Da mesma forma, um engenheiro precisa de anos de escolaridade para assinar e responsabilizar-se por laudos técnicos. E o que dizer do professor, mão de obra clássica nos processos educacionais que demoram pelo menos duas décadas para serem formados e continuados?

É certo que passam vários anos e, por motivos diversos, a vontade e o interesse político generalizado das minorias poderosas politicamente, ricas materialmente e abastadas financeiramente, mas pobres de nobreza, permanecem o mesmo: olhar para o seu interesse e da sua equipe, em detrimento do interesse social. Sem profundas mudanças das instituições e do *modus operandi* da política e da educação brasileira, é praticamente impossível, nos próximos 200 anos, alcançar um desenvolvimento econômico-social diferente da miséria e pobreza.

A segunda lógica da desordem da social democracia está no sufrágio universal e a relação com a educação. Definido na Constituição de 1988, o sufrágio universal confere o direito de voto, a todos os indivíduos acima de 16 anos considerados intelectualmente maduros para participar de escolha de representantes do povo, sem distinção de etnia, sexo, crença ou classe social.

A terceira lógica da desordem da social democracia está na corrupção, na venda de votos, em ambiente de pífia educação. O sufrágio universal foi uma condição dada para que pessoas maduras pudessem avaliar em quem votar e qual a melhor opção para representá-la. Mas diferentes etnias, sexos, crenças ou classes sociais, durante a social democracia brasileira, conferiram ao voto a embalagem de um produto transacionável e negociável, porque falta maturidade e entendimento de educação política. E aqui, por exemplo, ao analisar o sufrágio universal pela classe de renda, os votos de parte significativa dos pobres não equivalem aos votos de parte significativa dos ricos e poderosos. Parte dos ricos e parte dos poderosos patrocinam campanhas milionárias e até bilionárias, no caso de um presidente da república, com objetivo de compra de votos de pessoas intelectualmente pobres que não entendem absolutamente nada de educação política, civismo e cidadania.

Quando entramos nas salas de aulas deste país, somente nas escolas de ensino fundamental e no ensino médio, percebemos quais são as disciplinas lecionadas: português, matemática, ensino religioso, entre outras triviais. Não organiza-se a educação como sendo laico e separado do ensino religioso. Muito bem, mas então por que disciplinas de organização social, educação moral e cívica e política não são estudadas na infância e na juventude com a devida atenção como se confere ao ensino religioso? E como então o voto pelo sufrágio universal, cedidos às pessoas maduras, acima de 16 anos, podem dar a esperança de mudanças à sociedade democrática?

São dezenas os cientistas espalhados pelo mundo que estudam o comportamento e ações do público adulto relacionados com a educação conferida ao público infanto-juvenil. É na infância e na juventude que criam-se os preceitos da sociedade para então, norteá-las, quando adultos. Hoje, a educação no Brasil não consegue ensinar as crianças a cultivarem os sentimentos nobres como a retidão de propósitos, a decência e a honestidade.

O sistema educacional no Brasil não consegue ensinar o valor da palavra empenhada, o valor de um trabalho e da dignidade humana. Hoje as crianças estão desorientadas porque não existem sistemas de referências padronizadas, porque não sabem interpretar, distinguir o certo do errado e por quê o sinismo dos educadores ultrapassou os limites, uma vez que estes ainda não entenderam que o maior poder é a apropriação da ciência e da tecnologia, ambas complexas.

No geral, ao saírem do ensino fundamental e médio, os alunos não sabem redigir uma redação de trinta linhas, porque o hábito de leitura rotineira, além dos manuais e cadernos expostos em sala de aula, não são hábitos cotidianos. As crianças e jovens precisam aprender na escola a respeitar a vida de outré, da autoridade constituída, da ordem, da língua e do patrimônio público. Precisam brincar, ser criativas, entrar em contato com a natureza, praticar esportes, entender a cultura e honrar as línguas oficiais. Praticamente não sabem o valor das palavras honestidade, confiança, respeito, amor ao próximo, aos seres semelhantes, à natureza como um todo. Está faltando no sistema educacional brasileiro os ensinamentos e princípios de civismo e cidadania, que nortearão as crianças e adolescentes ao resto da vida, quando se tornarão adultos produtivos e idosos.

Aos que entendem de política, sabem que a social democracia no Brasil, 1984-2016, foi fantasiosa no aspecto educacional. E os meios de comunicação mais assistidos pela nação contribuem para precarizar os sistemas de referências para o público infanto-juvenil. E parte significativa dos pais, estes formados pela educação pífia do passado, seja da educação provida e gerada pelo regime militar ou da educação provida durante a social democracia, ainda não sabem distinguir os programas que podem ser assistidos pelas crianças e jovens e os programas que não podem ser assistidos. Dado que existem programas nos meios de comunicação recomendados para maiores de 12, 14 e 18 anos, parte não desprezível dos pais acabam auxiliando ainda mais nas impossibilidades de melhorar a educação dos filhos porque deixam-os à deriva da escolha. Parte das famílias não limitam às crianças e jovens à visualizar programas impróprios para sua faixa etária. Mas a culpa, o dano material e moral à geração atual e na próxima geração da sociedade brasileira não são dos pais porque estes tem pouca escolaridade média e, portanto, tem extremas dificuldades de modelar referências e padrões para educar seus próprios filhos. A culpa pela pífia educação, este sim, são de todos os diversos governos que estiveram no poder durante o regime militar e o regime social democrata, seja de centro-esquerda, centro-direita, moderados e conservadores e suas coalisões. Os governos social democratas que estiveram no poder, nos últimos 33 anos, não limitaram os meios de comunicação ou, melhor, não utilizaram os meios de comunicação a favor de um desenvolvimento educacional aos filhos da nação.

A população está desprovida de educação porque o Estado social democrata, que substituiu o Estado autoritário do regime militar, trabalhou e operacionalizou a educação de maneira lenta e gradual, da mesma maneira que os militares o fizeram. Ambos os regimes, militar e social democrata no Brasil, entregaram ao fim de seus óbitos, em 1984 e 2016, respectivamente, um pífio nível de escolaridade à população.

Em 1984, na saída do regime militar para a social democracia, a população brasileira acima de 15 anos de idade tinha na média, em torno de 4,2 anos de escolaridade. Em 1994, no início do Plano Real, a população brasileira tinha na média 5,4 anos de escolaridade. No fim de 2001, o nível de escolaridade média era de 6,4 anos e, em 2016 apresentamos 7,8 anos. Em miúdos matemáticos, a taxa de crescimento linear composto do indicador de nível de escolaridade, entre 1984 a 2016, foi algo em torno de 2% ao ano. E vale lembrar todos os ex-presidentes que passaram pela social democracia no Brasil, entre 1984 a 2016: José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A social-democracia causou um problema elementar à continuidade dela mesma, porque o sistema educacional no Brasil não teve a continuidade necessária. A população cresceu muito durante o período da social democracia, mesmo a taxas menores daquelas que foram observadas no regime militar. A culpa pelos estragos à sociedade civil, pela desordem social que se impõe à nação, pela falta de categorizar o sistema educacional como prioridade número um em seus governos, deveria criminalizar os programas de governo de todos os ex-presidentes da República Federativa do Brasil, dos senadores e deputados federais, que passaram pela social democracia e que foram eleitos para representar a sociedade.

A taxa de crescimento do nível de escolaridade foram muito similares a cada período de tempo da social democracia (p.e, de 10 em 10 anos), independente do governo que estava no comando. Houve aumento do nível de escolaridade, ela dobrou na social democracia brasileira. Mas foram necessários 33 anos para sairmos de píffios 4,2

anos para 7,8 anos de escolaridade média. Então, 33 anos mais tarde, em 2016, dobramos o nível de escolaridade média, ante à 1984, mas a nação, na média, ainda não tem o diploma de ensino fundamental, ou seja, temos o ensino fundamental incompleto e com baixíssima qualidade de ensino. Então, o que aprendem-se até a sétima ou oitava série? Existem aprendizados, como dito, mas não existem os preceitos da formação de um cidadão com conhecimentos básicos sobre princípios de ética, cidadania, civismo e política porque isto não faz parte dos currículos escolares da maioria das escolas fundamentais no país. Resumindo, a taxa de crescimento do nível de escolaridade foi medíocre e quase que desprezível, dada a qualidade péssima do ensino. Isto facilita a corrupção, a manipulação de leis, o financiamento de campanhas, a compra de votos e a falsidade ideológica. Ainda exige-se uma reforma educacional profunda no Brasil, porque observam-se na literatura internacional programas de governo que tiveram extrema disciplina, rigidez e comprometimento para sair de uma educação destruída para uma educação programada e valorizada pela sociedade. Temos o exemplo do Japão, pós II Guerra Mundial, e da Coreia do Sul, pós divisão de Coreias. Com uma população próxima a 208 milhões de habitantes e próximos a 7,8 anos de escolaridade média, o Brasil não permite ainda dizer que, no geral, as pessoas são maduras politicamente. E o sufrágio universal, o voto dado a todos, permaneceu viabilizando, durante a social democracia brasileira, a casta no poder, pela relação íntima que tem com o nível de escolaridade média exibido.

Vejam, por exemplo, a classe média brasileira, esta que é mais estudada do que a classe social menos abastada. A classe média cometeu diversos equívocos ao longo da social democracia brasileira e, recentemente, ao avaliar o processo de *impeachment*, auxiliou o governo atual a rasgar a Constituição e os preceitos da democracia social.

A classe média, com acesso aos meios de comunicação e informação, e que poderiam organizar-se para melhorar a condição nacional, venderam-se baratos, pelo voto de fazer uma passeata, num belo domingo onde reuniram famílias e filhos para irem as ruas pedir fazer o painelço e posteriormente pedir o *impeachment*. A classe média, que acreditava que tinha algum poder para movimentar a política em pró da sociedade, entraram numa armadilha, porque não tem saída a não ser a sua retirada da classe média para a entrada na pobreza. Observamos nas passeatas médicos, dentistas, arquitetos, engenheiros, advogados e profissionais trabalhadores de diversas áreas, que tem boa vontade, são trabalhadores com boas intenções, conclamam mudanças e participam. Mas, no geral, não são pessoas estudadas politicamente, porque os governos sociais democratas que o Brasil teve não deram continuidade ou não deram atenção a implementação deste importante tema nas escolas fundamentais, média e superior. E também não utilizaram os meios de comunicação para tal finalidade, a educativa. Uma vez que com 16 anos, uma pessoa é dita “madura” para votar pelo sufrágio universal, percebe-se que a falta de educação política é carregado à maioria daqueles que fazem inclusive uma graduação, onde o cidadão escolhe a sua profissão. O governo central não inclui disciplinas obrigatórias na área de ciência política nos mais diversos cursos espalhados pelo país.

Para votar é necessário aprender a ler sobre política, formas de governo, modos de produção, fazer exercícios em sala de aula, treinar e por fim, praticar nas urnas e até nas ruas com pleitos e solicitações. Entender o que é partido de esquerda, direita, centro-esquerda, centro-direita. Entender políticas e economias socialistas, comunistas e capitalistas liberais. E assim esta importante vertente do pensamento, o entendimento de política e economia, deveriam ser incorporados a todos os níveis de educação: fundamental, médio e superior. Todos os votantes deveriam ter estes ensinamentos, ou deveriam ser massificados pelo Estado dentro do sistema educacional, de forma imparcial, laico e sem preconceitos porque este mesmo Estado universalizou o voto. A relação de sufrágio universal com o nível de educação foi uma verdadeira desordem na social democracia. Uma criança que sabe jogar vídeo game, tem total capacidade e aptidão para aprender noções de política e sistemas econômicos desde o ensino fundamental.

A população, portanto, não é madura politicamente e são desprovidos de educação porque, na média, não tem ensino fundamental completo, e porque não recebem informações precisas sobre política ao longo de sua formação em sala de aula. A população acima de 16 anos participa das eleições como figurantes manipulados, por inúmeras vezes até o fim de suas vidas, única e exclusivamente por culpa e negligência técnica do Estado social democrático implantado no Brasil, que não corrigiu tais defeitos da educação deixados pelo regime militar e demais regimes anteriores a este. São necessário controles, cobranças, ordens, punições na infância e juventude para ter o respeito ao poder constituído quando adultos, além do amor aos semelhantes.

É comum observar a “doação” do voto ao candidato pelo “achismo” de que seu representante tem boa fé ou porque é famoso, ou porque é galã de televisão, ou porque foi um esportista bem sucedido, ou porque é um empresário marketeiro. Até mesmo a população ofereceu o voto de protesto a contadores de piadas sobre política. Por vezes, buscam no chão um panfleto para pegar o número e nome de candidatos para, então, chegar nas urnas e ainda ter dificuldades de apertar a tecla confirma, a tecla cancela, saber anular o voto ou até mesmo digitar o próprio número do candidato. Outras milhares de vezes não sabem em quem votar no dia das eleições pela falta de informação e alienação quanto ao passado dos candidatos, quanto aos seus pensamentos políticos e desenvolvimentistas. Programas eleitorais de rádio e televisão neste país, próximo às eleições, são verdadeiras farsas ideológicas.

Outro defeito genético da social democracia brasileira para desenvolvimento da sociedade é o uso do voto como moeda de troca, em ambiente de sufrágio universal e com pífia educação da população. Por inúmeras e incontáveis vezes parte não desprezível da população tem no seu senso de direção, porque é comum esta prática, a troca de produtos por votos. É normal no interior do país e na periferia das capitais a troca de votos por litros de gasolina, por um frango, por um rancho (cesta básica), por umas peças de roupas usadas, por um “vintão ou cinquentão”. Parte da população faz isto com intenção da troca, porque os produtos oferecidos pelos políticos tem utilidade marginal de curto prazo. E os políticos fazem isto, porque a troca de produtos por votos também tem utilidade marginal de curto prazo, pela facilidade da compra barata de um instrumento que deveria ser considerado inegociável, o voto. Mas neste quesito, o Brasil parece um ambiente de escambo, de dupla coincidência de desejos. A população troca o voto por bens sem intenção de ferir a sociedade como um todo porque ainda não perceberam a importância do voto, porque não exibem educação política madura necessária e suficiente para isto - porque o governo não inclui esta vertente no ensino básico e fundamental - e porque a troca de produtos por voto existe com ingenuidade e sem malícia, como uma forma de boa recepção e camaradagem, como se fazem com os bons vizinhos.

Por outro lado, para um boa parte dos políticos, ditos a favores da social democracia e de eleições, é uma excelente oportunidade. Existe a facilidade de assediar moralmente o eleitor leigo. É fácil trocar o voto por produtos ou dinheiro em regime de voto tipo sufrágio universal, porque estes mesmos eleitores não foram educados politicamente por governos centrais do passado. E é enorme a diferença das importâncias das utilidades marginais que a população pobre de educação política e os políticos conferem ao mesmo objeto, dito, o voto, pela assimetria de informações a respeito da importância do voto. Sufrágio universal é uma excelente idéia, mas o pilar que o sustenta para legitimá-lo é a educação política à sociedade. Sem ela, a educação, o sufrágio universal é uma tremenda manipulação contra a sociedade. E para os políticos, parece que não existe risco moral, porque é comum perpetuarem-se no poder, uma hora como deputado estadual, outra hora como governador, outra hora como senador e, até mesmo, quando perdem alguma eleição, ou o governo precisa de um voto na base, rapidamente recebem uma pasta de confiança pelo apoio oferecido.

Mas e o que dizer de alguns empresários, alguns financistas e rentistas, de alguns da classe ruralista e alguns da classe religiosa, que de alguma forma são mais estudados que a grande maioria da população e acabam também trocando votos por generosidades em ambiente de sufrágio universal? Diria que estes também compram votos, porque estes também observam no voto uma utilidade marginal para aumentar seus negócios, a ampliação da massa dos fiéis e dos lucros que o capitalismo oferece. O sufrágio universal sem educação política da sociedade é uma verdadeira oportunidade de ampliar os negócios dos poderosos e abastados, inclusive de instituições religiosas, estas que se apresentam à sociedade como sendo de instituições sem fins lucrativos.

E boa parte dos políticos, da mesma forma, para satisfazer o seu próprio interesse em continuar no poder, e ter mais apoio, continuam também trocando votos com parte não desprezível da classe abastada e poderosa. Assim, boa parte da classe desamparada pelo estudo, boa parte da classe poderosa abastada e boa parte dos políticos conferem ao voto um objeto de troca, sendo que cada um mantém seus interesses, porque o voto na falsa democracia não teve o merecimento que precisaria ter, o respeito que precisaria ter de todas as partes. É um defeito genético cromossômico da social democracia brasileira. E isto ocorre porque no passado e no presente o ensinamento político e de Estado não se estuda na sala de aula, salvo alguns poucos cursos de graduação e especialização.

O dolo e a culpa da crise e desordem que assola o país foram de boa parte de políticos, de parte não desprezível do Poder Judiciário, de uma minoria de empresários multibilionários, por uma minoria de servidores públicos, porque estes também vendem-se por dinheiro ilícito, e por um grupo de intelectuais de centro-esquerda e centro-direita que se atacam, e no limite, com ódios e de formas mal-educadas.

Assim, o ciclo político de curto prazo, de 4 anos, acaba sendo contínuo e postergado para médio prazo, por mais 4 anos. E por fim, nos bastidores, o ciclo político da social democracia assume o longo prazo, por mais 4 anos, e assim sucessivamente. É fantasiosa a democracia social que foi implantada no Brasil, e que não existe mais, ao meu ver, porque houve golpe Constitucional em 2016.

E no governo inconstitucional implantado em 2016, continua o ciclo de compra de votos no Brasil. Com a compra de votos, conseguiram retirar dos trilhos a social democracia porque o *impeachment* foi um banco de negócios. O governo inconstitucional conseguiu dinheiro da iniciativa privada para comprar boa parte do parlamento, membros estes que foram eleitos ainda na social democracia. Boa parte dos representantes da nação vendidos no processo, viraram criminosos perante a sociedade. Com parte da base aliada do governo inconstitucional vendendo seus votos por dinheiro de poderosos para legislar, para impor interesses próprios e gananciosos, assume-se a continuidade da casta no poder pelo voto negociável, porque realmente precisarão de muito dinheiro nos próximos anos para deixar os sistema inconstitucional, que é diferente da ex social democracia

da forma como foi instalada, vivo. Os erros da social democracia intensificam-se no novo regime inconstitucional instalado no Brasil.

E alguns ricos e poderosos, algumas instituições religiosas e alguns mega agricultores precisam também pagar pela culpa, pela irresponsabilidade, pelo dano material, moral e dolos causados à sociedade pelos atos que cometem, ao utilizar no voto fraudado, o meio principal de negociar e fazer a gestão de seus negócios. Pelas suas bancadas representativas no parlamento, continuam patrocinando atos legislativos e jurídicos irresponsáveis, tanto antes, quanto depois do *impeachment*.

Pelo lado do Poder Judiciário, parte não desprezível ofende a dedicada classe trabalhadora e pobres, por não discutir novas leis com a parte séria do Poder Legislativo, à respeito de implementar condenações e penas mais duras aos marginais do colarinho branco, aos políticos, aos traficantes de drogas e armas, aos traficantes de crianças e jovens vulneráveis, aos crimes contra a mulher, às famílias e a sociedade civil. Não há abertura para discutir e debater pena de morte no campo econômico, jurídico e político aos criminosos. Esta importante ferramenta, com o cientifismo e estudos deste método, se aplicado em certos casos (não todos), poderiam auxiliar a sociedade a combater diversos crimes que emanam na desordem. Não há debates sobre o tema, porque não houve nenhum governo comprometido com a sociedade civil e porque esta importante ferramenta poderia, se aplicada como lei, utilizar-se de maneira indevida para retirar a vida de um inimigo político, inimigo do narcotráfico ou passar por cima de preceitos de instituições religiosas instaladas no Brasil.

O *habeas corpus*, as delações premiadas e as condições precárias das prisões no Brasil, por vezes, fazem a pena e condenação virar um trabalho sem resultados para reorientar o cidadão à sociedade ou para prender o verdadeiro chefe das diversas quadrilhas de criminosos. Aos que são condenados e presos, observa-se aplicações de penas brandas, dado o estrago brutal que fizeram à sociedade. E as condenações aplicáveis na arbitragem do julgamento, exibem, na prática, penas redutíveis ao longo do tempo pelo bom comportamento do condenado na carceragem, penas domiciliares que são verdadeiros *resorts*, usos de tornozeleiras pelos bandidos para monitoramentos. Prisões em celas comuns superlotadas e sem reorientação ao confinado. Por vezes, utiliza-se o Poder Judiciário para fazer política porque, por vezes, a arbitragem é parcial, aparentam ilegalidades, e até mesmo usurpam a ética e a moral porque também decisões são vendidas por dinheiro ou troca de favores. E o foro privilegiado é outro grave problema, injusto e nefasto à sociedade, porque oferece uma imunidade de curto prazo aos verdadeiros políticos criminosos. No Brasil, um político com foro privilegiado demora na média em torno de 18 meses para virar réu, enquanto que na justiça comum a média é de 48 horas. E no foro privilegiado, muitos processos acabam prescrevendo, auxiliando no processo de impunidade do político criminoso, mesmo que por diversas vezes as provas de corrupção são reais e verdadeiras. Nada mais do que a desordem é a esperança à população, dado que os defeitos genéticos da social democracia brasileira imperam neste sistema.

Alguns poucos membros do Poder Judiciário são verdadeiros negociantes do seu voto de punição e de condenação, e que não lembram, não dão a devida importância ou não valorizam o juramento que fizeram sobre a imparcialidade quando tomaram suas posses e para prover serviços à sociedade. Isto também é válido para alguns poucos servidores públicos e políticos do Executivo e Legislativo, porque o que precisamos é trabalhar e operacionalizar o Estado para o bom funcionamento da sociedade, como um todo, e não para operacionalizar o Estado a favor de uma minoria usurpadora do dinheiro público e de crimes que parecem ser triviais, que parecem que se tornaram normais, e que colocam medo à população trabalhadora e as famílias ao sair de casa, ou até mesmo, quando estão em casa e observam a invasão de privacidade por criminosos.

Assim o Poder Judiciário, tem sua culpa e responsabilidade, porque também não confere ao voto a sua devida importância, porque também trocam votos por poder em suas discussões, pela utilidade marginal do imediatismo. Acabamos por entender que o Brasil prolifera a desordem e que está irreduzível porque o voto é mera moeda de troca para interesses particulares, sem reserva de valor em pró da sociedade. É conferido ao voto um rótulo de preço capitalista e escambista, uma unidade de conta diferenciada para as elites como parlamentares, juristas, empresários e à sociedade em geral. Agentes públicos e privados transformaram o voto em produto de troca individual ou de interesses de poucos, quando não o deveria ser. E isto faz diferença numa social democracia que tem a nobreza de desenvolver um país, porque é um defeito genético e que deve ser combatido com ordens, respeito às leis e aumento da educação para todos. A operação Lava-Jato teve seus benefícios, teve suas externalidades positivas e negativas, mas ficou longe de atingir os verdadeiros objetivos que a nação precisava porque alguns profissionais do Poder Judiciário estão e continuarão no círculo vicioso, porque o voto na hora de arbitrar, para alguns, é negociável, porque a arbitragem em eventos para condenar criminosos deveria ser imparcial, atos de profundas irracionalidades perante à sociedade.

Outro culpado que leva a social democracia à desordem é uma pequena minoria de servidores públicos que aceitaram compactuar para cobrar propinas para não aplicar multas por atos ilícitos de empresas, por aceitar orçamentos de obras superfaturadas e levá-las à frente. Até mesmo concessões público-privadas, se transformaram em interesses particulares. E outros servidores públicos que acabaram não denunciando seus pares de profissão por atos que ferem o erário da nação, pelo assédio moral, pelo medo, pelo poder e até pela perseguição existente no

segmento de prestação de serviços públicos à sociedade. Não há coragem generalizada para enfrentamentos de causas nobres.

Atos criminosos contra a sociedade civil são cometidos quase que diariamente, pelo voto fraudado, vendido e manipulado, além da troca de favores ilícitos. A contaminação celular e pontual, que poderia ser controlada pelos agentes econômicos descritos, se tornou um câncer local, se expandiu na social democracia, a tal ponto que as condições ilícitas parecem ser encaradas como “normais”, porque ocorrem todos os dias, a punição não é severa, porque não existe medo de quem pratica, pelas condições de temperatura e pressão que os legisladores e o judiciário brasileiro impõem à sociedade da vertente criminosa. Parece que estamos em um país sem leis, porque as leis não são respeitadas por parte significativa de seus legisladores, por parte não desprezível dos árbitros de julgamento, que são parciais, e por parte da sociedade que não sabe o que é certo ou errado, porque não existem mais referências.

O egoísmo, a individualidade e a irracionalidade do comportamento humano estão presentes em toda a população, nos poderosos e abastados, estes que poderiam contribuir para as significativas mudanças que a sociedade civil necessita, e nas demais classes sociais, a média e a desabastada, estes que estão sem referências do certo e do errado pela falta de educação política e coragem de enfrentamento de causas. Através do processo de aprendizado, alguns políticos desonestos, parte não desprezível do Poder Judiciário, traficantes, alguns servidores públicos mal intencionados ou empresários compradores de leis e votos, expandiram o processo irracional de obter vantagens próprias ou de interesse de poucos, gerando uma bolha política e sistêmica, durante a social democracia, que inflou durante anos e anos, causando a desordem do regime.

A sociedade civil brasileira está desorganizada, desmontada, assolada e diante de uma crise institucional pública do Estado de forma generalizada e pelo descrédito de grandes empresas privadas/públicas. As causas da ocorrência da crise brasileira foram os gravíssimos problemas políticos, jurídicos, legislativos, executivos, econômicos e sociais que a social democracia não conseguiu corrigir ao longo da sua existência, pelas irracionalidades dos agentes perante aos temas comuns à sociedade e que deixam as instituições sem credibilidades perante às leis que o regem.

A sociedade brasileira não consegue se organizar, porque estão deprimidos e não tem referências ou balizamentos do que seria uma boa ou má reforma política, uma boa ou má reforma para punir atos criminosos e uma boa ou má reforma educacional, porque a maioria não entende por que países desenvolvidos e não desenvolvidos chegaram a um certo nível de desenvolvimento social, científico, tecnológico, político e jurídico. Certo que houve muita disciplina, ordens e rigidez para chegar ao *status* de país desenvolvido e que houve indisciplinas, desordens e flexibilidades para se chegar ao *status* de país não desenvolvido. E os intelectuais que ainda tem alguma excelente idéia em alguma vertente, que deseja contribuir para o debate nacional, por vezes, é esculhachado em debates, por outros intelectuais desonestos, que levam para o lado pessoal. Por vezes não existe um caloroso debate educado, bem defendido entre ambas as partes, em busca da promoção da sociedade como um todo, para crescer em equipe e auxiliar a sociedade.

São inúmeros os casos de sucessos de nações ao redor do mundo que foram organizadas e tiveram um bloco de estratégias nacionais e que se desenvolveram. Observaram na disciplina, no controle rigoroso da educação da criança e jovens e nas imposições aos adultos para respeitar as ordens da pátria, para se desenvolverem. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), enquanto potência atingiram diversos objetivos com o sistema planificado em determinados momentos, porque a tecnologia que era inventada durante a Guerra Fria exigia-se certo grau de cientifismo, educação e política estratégica nacional para garantir o sistema. O Japão, Suécia, Dinamarca e Noruega, atingiram objetivos com a educação e o cientifismo, num regime monárquico e com parlamento porque tiveram política estratégica nacional para tanto, também operacionalizando regimes com muita disciplina, no controle rigoroso da educação das crianças e jovens e nas imposições aos adultos para respeitar as ordens emanadas pelo Estado. Israel chegou a ter armamento nuclear porque balizaram-se em uma forma de governar até certo ponto autoritário, mas porque montou uma rigorosa estratégia nacional, incorporando a educação e o cientifismo para atender as necessidades do Estado, também com muito controle. Os Estados Unidos atingiram objetivos importantes com a social democracia, e tornou-se uma potência mundial com o meio de produção capitalista em poucos anos, após sua independência, também porque montou uma estratégia nacional de desenvolvimento com controle na educação. Claro que os próprios erros dos russos no passado, desabaram o sistema planificado, e agora, nestas últimas duas décadas, os Estados Unidos também podem colocar seu sistema democrático em risco, também pelos seus próprios erros. Mas em todas estas nações observaram-se no passado de suas glórias os controles, cobranças, ordens, punições na infância e juventude. E aquelas nações ditas e que ainda o fazem ainda colhem excelentes frutos como nos países nórdicos e Japão. O Brasil, ao longo da sua história, comete os mesmos erros de países africanos, latino-americanos e asiáticos pobres, porque a principal estratégia política dos poderosos é o interesse próprio e não o interesse social. Cometemos sucessivamente erros ao longo dos anos. E ainda a maioria da população gera alguma expectativa de melhora econômica, porque acreditam nos sermões das instituições religiosas, estas de ficção científica. O fiel acredita que, ao sair do sermão da instituição religiosa, dias e dias depois, um bom emprego baterá na porta da casa dele e que a condição de vida sairá do pior para algo melhor. Uma condição é acreditar em um ser

superior, em um Deus, um Alah, um Jeová, entre outros, e os respeitos aos ensinamentos pregados. A outra é acreditar na natureza, na vida e na economia. E a outra é acreditar em sermões infundados, de preceitos capitalistas usurpadores que por vezes instituições religiosas pregam. E ainda, boa parte da população brasileira assiste telejornais dos principais meios de comunicação, que exibem novelas de ficção científica sobre a interpretação da economia brasileira, por vezes verdadeiros contos de fada e longe da realidade macroeconômica. Criam-se expectativas irracionais na população porque em determinada passagem econômica, em um determinado programa televisivo, em uma matéria específica, a confiança de um estado de melhora é passado à nação. Por vezes a conjuntura como um todo não é observada. Portanto, o Brasil será um país pobre e por que não dizer miserável nos próximos anos, se não tivermos a motivação conjunta de mudanças que não são radicais, mas que são mudanças balizadoras para colocar o Brasil no trilho de uma sociedade melhor do que temos hoje.

Hoje, 33 anos mais tarde, a social democracia, que é fantasiosa pelos seus atos durante décadas, entrou em crise com o *impeachment* de 2016, desmoronou-se, não existe mais. E para aqueles que defendem que ainda existe social democracia neste país, precisariam então modificar a literatura científica sobre o assunto, para fazer esta afirmação à sociedade e aos intelectuais entendidos e não tendenciosos para, então, convencê-los. O óbito do modelo social democrático brasileiro ocorreu no violento impedimento da continuidade do mandato de Presidente da República Federativa do Brasil, em 2016. Uma quadrilha de deputados e senadores foram comprados facilmente, por interesses financeiros, de causa própria e por interesses de poderosos. Outra quadrilha promoveu o impedimento da continuidade do mandato de Presidente da República Federativa do Brasil, em 2016, inclusive, mostrando à nação, o ato simbólico de impedimento, com direito a transmissão ao vivo por várias cadeias de televisão e rádio. Foi um programa comprado, como se fosse a exclusividade da transmissão de uma Copa do Mundo de futebol ou uma Olimpíada. Pão e circo, uma orientação ao interesse privado e nenhum *slogan* diferente. E neste instante, no momento do *impeachment*, o Brasil categorizou-se como uma ex-social democracia.

Recorde-se que a Presidenta da República impedida, não teve os direitos políticos caçados, mesmo sendo ré de um processo parlamentar de crime de responsabilidade fiscal macroeconômica. E portanto, o ato do *impeachment* foi ilegal, porque feriu a Constituição. Claro que o último líder não havia mais base para governar, pelos erros que continuou fazendo diante da social democracia brasileira, similar à todos os seus antecessores, sem excessões. Deveria inclusive renunciar, mas não o fez por alguns motivos que veremos o por quê nos próximos anos. As causas do seu impedimento foram diversas: a responsabilização criminal, os votos vendidos para garantir o impedimento, a interpretação ilegal da Constituição, o ódio de seus opositores, o patrocínio de empresários, de alguns meios de comunicação e uma pressão da classe média, esta sem referência e que foi utilizada de patinho amarelo. Mas a técnica de vendas de votos foi utilizada durante a vida inteira da social democracia, desde 1984. É um defeito genético do regime. Então, não poderíamos ficar esperando outra condição quando se faz uma votação tão importante quanto foi o processo de *impeachment* e onde o governo não tinha mais apoio do Congresso e do Senado. A surpresa realmente foi a não cassação dos direitos políticos pelos seus opositores, porque algum fundamento político tiveram. E assim, configurou-se um golpe jurídico-constitucional negociado e patrocinado. A atual insegurança jurídica que o Brasil oferece, não tem e não exhibe mecanismos críveis de retornar a níveis confiáveis nos próximos anos. É difícil de entender o por quê agências de classificação de risco não rebaixaram mais, pelo menos, dois degraus o grau de especulação que o Brasil oferece. Também, estes, não pode-se confiar porque também são vendedores de países, fazem parte do sistema capitalista e precisam gerar lucros aos seus sócios.

Em 2018 pelo modelo social democrata, deverá haver eleições. Mas fica difícil acreditar que existirá eleições em 2018. O golpe constitucional-jurídico patrocinado em 2016, gera uma grande incerteza neste instante quanto às eleições porque pode ser que não exista, pode ser que seja postergada ou pode existir com fraudes. Estamos em um novo regime, ainda não definido, mas o fato é que não estamos mais em um regime social democrático no Brasil. A tão sonhada reforma política na social democracia brasileira não ocorreu, assim com a reforma do judiciário e a reforma educacional. E errado é aquele que acredita que as reformas para um desenvolvimentismo e estruturalista ocorrerá em meio a um governo inconstitucional-jurídico patrocinado.

Por hora, o ciclo vicioso continua porque a desordem aumenta, continuarão as relações entre o lento aumento do nível de escolaridade ao longo dos anos e a corrupção, mas agora com o sufrágio universal com muita incerteza, porque é incerto se haverá eleições em 2018. E se houver, pode ser fraudada. Inclusive, pelo estrangulamento de investimento na educação, ciência e tecnologia, pelo erro da aprovação do teto dos gastos, e sem as condições necessárias críveis para gerar superávit nominal, o nível de escolaridade média vai cair muito nos próximos anos, com o aumento da população e a continuidade do alto nível de desemprego.

Para aqueles que são defensores do modelo social democrata ou de outros modelos, que não estão corrompidos, que são verdadeiros ideólogos, independente se defendem modelos econômicos de direita ou de esquerda, será necessário juntar forças políticas honestas, para deixar as eleições de 2018 sem violência. Não garante-se que, se houver, as eleições serão normais. E as pessoas que acreditam no modelo social democrata e que fizeram parte de governos do passado, que desejam continuar a representar o povo, ou orientar novos políticos e

apoiar algum candidato presidencial, e que desejam as eleições, precisam fazer as autocríticas dos últimos 33 anos. Com coragem e sem medos, devem assumir a gravidade do pífio sistema educacional que impuseram à sociedade.

O fato é que a organização será fundamental nos próximos meses para garantir as eleições e nos anos vindouros. Porém, como dito, eleições não bastam porque as principais reformas e de forma a privilegiar a sociedade não estão na mesa para votação. É preciso muito mais avanços. Enquanto não surgir um seleto grupo de pessoas qualificadas, com pensamentos nobres à sociedade, diria talvez de 2000 a 4000 pessoas inicialmente, que montem um verdadeiro Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento, invendável às elites, com objetivos claros de curto, médio e longo prazos, pelo horizonte de 20 anos, que devem ser amplamente difundidos com educação à população, o Brasil continuará no ciclo perverso secular da corrupção, e que a social democracia fantasiosa deu continuidade, assim como no regime pós *impeachment*. A corrupção é um câncer que não foi obstruído da sociedade, mas faz o povo sofrer por longa data. A maioria dos políticos e até mesmo partidos não defendem publicamente que é fácil governar em ambiente de fácil corrupção, Constituição ultrapassada em alguns pontos, baixo nível de educação e instrução da população.

É possível sonharmos com mudanças e não desistirmos. Precisamos nos organizar, dada a ampla desordem nacional. Com pensamentos nobres, estudados politicamente, para fazer negócios excelentes para a sociedade e não ao interesse privado ou de classes sociais poderosas, com um programa factível e executável ao Brasil, com a implantação de uma educação de qualidade, com intenção de fazer a reforma política, reforma jurídica, fazer do Estado o verdadeiro provedor de bens públicos e essenciais. É necessário a implantação de uma disciplina na infância e na juventude, com a inclusão social unindo esporte e educação nas escolas, e com a implantação de cobranças e punições diferentes do que observamos hoje. E aplicar severas punições para adultos criminosos e, em alguns casos, até a pena de morte, esta que aliás, deve ser discutida no meio intelectual para implementar no futuro em algum governo que realmente esteja preparado para governar à nação, sem viés particular e de interesses de uma casta.

É fato que existem pessoas muito sérias e dispostas em todas as áreas, porém por que estes não são mais fortes que os agentes econômicos picaretas criminosos que estão em cada área? Porque a classe de pessoas sérias e dispostas precisam se organizar, perder o medo e ter coragem de enfrentamento de causas. Os intelectuais fizeram o juramento quando formaram-se e graduaram-se, e que iriam trabalhar em pró da sociedade mais justa e equilibrada. E porque a população precisa entender o que é o certo e o errado, entender que existem ainda algumas pessoas que podem auxiliá-las e que tem alguma opção de referência, baseados em valores éticos, morais e cívicos.

O Brasil enfrenta a pior crise econômica desde a queda da bolsa de Nova Iorque em 1929 e da queda brutal dos preços do café no início dos anos 30 do século passado. Uma vez que em 2017 temos algo próximo a 208 milhões de brasileiros e que 0,9% é a taxa de crescimento populacional e na hipótese factível da taxa de crescimento da população continuar a ser positiva, mas decrescente, até estacionar entre 2035 a 2040, teremos no Brasil algo em torno de 255 milhões de brasileiros, equivalente a população dos Estados Unidos em 2018.

Certamente teremos uma mão de obra farta, quase de graça e com ensino fundamental incompleto, incapaz de produzir produtos complexos, de alto valor agregado e até operacionalizar máquinas que exigem conhecimento técnico. Seremos um exército de reserva sem competitividade no mercado internacional, sem bom nível de escolaridade e sem entender que voto não é produto de escambo ou comercializável por moeda. Sairemos do grupo dos BRICS, estes que se tornarão RICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). Estaremos mais próximos a nos compararmos com dados sócio econômicos e competir com Bangladesh, Laos, Cambodja e Vietnã. E aqui a classe média que foi as ruas em 2018, contra o *impeachment*, sentirá na pele o que é voltar à pobreza ou entrar na pobreza pela primeira vez. Haverá o achatamento da classe média brasileira e de forma rápida. Haverá um novo ciclo de superfavelas espalhadas pelo país.

Macroeconomicamente, com a continuidade da taxa de desemprego em níveis muito elevados nos próximos anos, atualmente em torno de 13% da população economicamente ativa, sendo que ainda existe a possibilidade da taxa de desemprego subir numa segunda rodada, pelas recentes reformas trabalhistas que precarizam os direitos do trabalhador, e a continuidade do desdobramento da crise política, econômica, jurídica, executiva, legislativa, uma nova classe de pobres brasileiros serão adicionados aos já existentes e sem perspectivas de melhoras rápidas.

Não haverá melhoras rápidas, porque a história de países de renda média e baixa, no geral, que sofrem de desemprego, demoram anos e anos para retomar níveis anteriores à crise. Até mesmo os países desenvolvidos em suas crises recentes demoraram para retornar aos níveis de emprego pré-crise e desordens. Pessoas que ainda conseguem se realocar no mercado de trabalho brasileiro, ao esquema novo, dado as novas leis trabalhistas que se impõem, conseguirão trabalhar com salários muito mais baixos do que atualmente, porque não existirá barganhas entre capitalistas e trabalhadores. Isto ocorrerá porque a educação pífia não gera produtividade do trabalho adequada e o capitalista terá abundância de mão de obra desqualificada, porque a educação, como dito, não foi prioridade na social democracia e provavelmente não será no novo regime pós *impeachment*. Claro que vale lembrar que nos últimos 15 anos, desde 2002, produziu-se uma inflação dos salários maiores que a taxa de crescimento da

produtividade do trabalho. Com as novas medidas, ambas as taxas cairão, a taxa de crescimento dos salários e de produtividade, mas os salários cairão mais rapidamente que a produtividade.

Em outras palavras, entre 2018 a 2027, em apenas 10 anos, geraremos em torno de 80.000.000 a 100.000.000 (oitenta a cem milhões) de pobres no Brasil, mesmo que muitos ainda tenham algum tipo de emprego, informal ou contratual. A classe média estará em extinção, desinflará fortemente, mas ainda existirão algumas ilhas perdidas desta classe no Brasil. Mas quase nada do total da população serão ricos e poderosos, próximos a 0,2% da nação, e a maioria esmagadora serão pobres e miseráveis. Uma segunda grande onda de hiperfavelas aparecerão no país, sem tratamento de água, esgoto, saneamento básico, com precarização da saúde, da educação e a falta de investimentos públicos. O volume de criminosos civis aumentarão. O medo e a insegurança tomarão conta deste país. É possível, inclusive, o país ser controlado pelo narcotráfico de forma visível, com amplos poderes pela imposição do medo. É possível, inclusive, perdermos toda a estabilidade da moeda, do Plano Real, que foi conquistada ao longo dos anos. É uma natureza catastrófica à sociedade civil porque os indicadores sociais e de qualidade de vida, como aqueles medidos pelo IDH, de renda per-capita, e medidas de distribuição da renda, como o coeficiente de Gini, serão piores do que no fim do regime social democrata, que foi a óbito em 2016. O idoso, o jovem e o trabalhador estarão mais desamparados. O Sistema Único de Saúde de hoje pode inclusive, deixar saudades à população porque, pela comparação, a assistência de hoje será melhor do que do futuro, mesmo que ambas sejam pífiás. É um massacre temeroso digno de um império, que escraviza ainda mais a população mundial, agora de uma forma moderna, diferente de 200 anos atrás, porque hoje temos os meios de comunicação em massa, monitoramento controlado por satélites e tecnologias que auxiliam uma nova ordem de implantação de escravos no mundo.

O poder de compra da classe média diminuirá dramaticamente porque os níveis de poupança privada e a renda das famílias cairão dramaticamente. O governo terá dificuldades de fazer seguidos superávits nominais sobre o PIB, dado que é crônico o déficit nominal sobre o PIB na social democracia. A opção macroeconômica realmente escolhida foi a variável salário e não pelo câmbio ou pelo aumento da produtividade do trabalho, este com educação. E a opção por readequar o salário para níveis bem mais baixos do que o atual, e ainda com ambiente de inflação, esta que é de custos, deixará o país, como dito, com a classe média em processo de extinção, como os elefantes brancos africanos. Esta mesma classe média que interpretou de forma errada e ignorante sobre o que é a permanência da democracia em um país, durante o processo de *impeachment*, mesmo em ambiente de sufrágio universal, onde o voto, como dito, é visto como meio de troca por produtos para os pobres ou interesses à elite. A desordem social será visível até mesmo àqueles que com a sua ingenuidade e ódio ao governo que ganhou as eleições de 2015, apoiaram o *impeachment* em 2016, porque apoiaram na sua deriva parcial a saída da social democracia para um novo regime. A classe média deveria apenas apoiar o processo de investigação contra a corrupção cancerígena e pedidos pró-educação, mas em hipótese alguma pleitear o *impeachment* de uma mulher que foi eleita pela metade e mais um pouco pela população. Mas fizeram isto porque o interesse de curto prazo era o nível de emprego, este que se estrangulou à classe média. E porque a inflação de custos foi produzida e reproduzida e os juros estavam muito altos em ambiente de crédito exacerbado.

E ainda, vale lembrar que boa parte das famílias de classe média, ainda encontram-se com a renda muito comprometida com o sistema financeiro, pelo endividamento para compra de bens duráveis, por exemplo o imóvel, porque o crédito foi farto, relativamente mais barato que em períodos anteriores, mas ainda caro. As famílias não foram e não serão racionais, porque não tiveram educação suficiente para colher todas as informações relevantes para tomar a decisão de tomar crédito, assim como definir o rumo da política e da sociedade. E sem a noção do estrago que a taxa de juros faz e fez, pela escolha intertemporal do consumo que fizeram durante os últimos anos da social democracia, entre 2006 a 2016, e sem a noção que o desemprego demorará anos e anos para voltar a 4,7% da população economicamente ativa e ainda com ambiente inflacionário que perdura, realmente a classe média, também pelos seus erros, desinflará fortemente. E também desinflará porque o comportamento geral da nossa economia, dos agentes econômicos sendo irracionais, imediatistas e sem orientação em prol da sociedade como um todo, atingirá em cheio a classe média, esta que reconheceu que o *impeachment* era a melhor solução, porque a apoiaram sem causa de saber, num profundo ato de ingenuidade.

O crescimento da economia, mais uma vez, passará por rodadas sucessivas de queda, porque o motor do investimento público pifou, a mecânica do sistema é cara pela corrupção e obsoleto para um país que poderia pensar em desenvolvimento econômico. O investidor estrangeiro que ainda permanecerá no país cobrará caro pelos produtos produzidos, à população que terá acesso, mantendo-se a inflação do alto custo-país. E o mesmo investidor, que ainda pretende deixar algum processo produtivo local ao longo dos próximos anos, pagará quase nada por uma hora de trabalho, porque a população brasileira, comparado ao mercado de trabalho internacional, não estará habilitada e treinada o suficiente para competir. O trabalhador brasileiro será um exército de reserva sem armas para competir, ou seja, com pouca educação e formação profissional comparado aos pares internacionais.

O déficit público como porção do PIB não pára de crescer nos próximos anos, mesmo com o processo de privatizações e concessões, pautas estas que estão na mesa para implementação a qualquer momento. E também será uma opção econômica errada. O déficit público irá crescer, porque as privatizações aliviam um pouco o déficit público do governo no curto prazo, mas a geração de caixa à sociedade, para provimento de programas sociais, está comprometida no médio prazo. O governo venderá empresas controladas pelo Estado a preço de bananas, quando deveria ser inegociáveis. E mais uma vez a população perderá os serviços públicos essenciais, porque os capitalistas apenas investem o dinheiro em locais onde a esperança é de retornos são positivos. Então, com a nação pobre, os serviços privatizados alcançarão apenas parte da população que podem pagar pelo serviço prestado. E do dinheiro que estas empresas privatizadas pagarão ao governo para permanecer no país, controlando empresas antes estatais, servirão para dar a continuidade à compra de votos no parlamento e fomentar a continuidade de atos criminosos como a corrupção.

Quanto às riquezas naturais que o Brasil tem, principalmente à aquelas observadas na Amazônia, como o nióbio, o quartzo, o diamante, o ouro, o minério de ferro e a riquíssima energia advinda do sol nos Estados mais próximos a linha do Equador, sem contar com as reservas do petróleo espalhadas pelo país, com o aumento da desordem, estas importantes reservas poderão se transformar com mais intensidade em produto de troca para a continuidade do novo regime e sistema político que não age em pró da sociedade, com o objetivo único e exclusivo de permanecer em pé. Reservas naturais devem ser exploradas no Brasil, e vendidas com valor correto que devem ser conferidas, mas somente quando o defeito genético da falta de educação for atacado, quando a punição de criminosos deixar de ser branda, quando parte quase que completa dos valores recebidos pelas vendas das riquezas naturais se transformarem em infra-estruturas no Brasil e quando exista o interesse da ampliação da distribuição desta renda advinda das riquezas naturais à sociedade, diferente do que observamos na social democracia, ao longo de anos e anos, onde parte significativa dos lucros advindos das riquezas naturais permaneceram nas mãos de poucos.

Ademais, a reforma da previdência que se discute para implementar à sociedade é seletiva, mesmo com a estrutura produtiva que ainda está instalada no país. Não haveria necessidade de grandes modificações na previdência, caso os sucessivos erros na social democracia não tivessem ocorridos. O governo, numa desordem, caso queira mudanças e voltar ao Estado de ordens, precisa voltar a ser assistencialista. O novo governo ataca os trabalhadores tipo servidores públicos, porque diz que existem privilégios em diversos tipos de profissionais, por exemplo de professores, por trabalharem pouco, ganharem muito e não fazer quase nada. Ato mais uma vez irresponsável do novo regime, porque a sociedade depende de um exército de professores para orientá-los e oferecer referências do certo e do errado.

Com o alto desemprego atual, beirando os 13%, sem contar a o mercado informal, este de difícil mensuração, com o processo de desindustrialização, com a queda brutal do salário do trabalhador, com a moeda sobreapreciada em termos de dólares e com a educação atual facilitada, medíocre e de baixa qualidade, simples e quase que inútil para o desenvolvimento econômico, pela precarização do mercado de trabalho que se impõem com as novas Leis do Mercado de Trabalho, e com a Reforma da Previdência seletiva, porque não atinge os militares, a casta do Judiciário e a casta do Legislativo, o país colherá o fruto mais amargo de uma árvore plantada em 1984: a pobreza e miséria. Talvez serão mais 2 a 5 décadas perdidas, além de todos os anos perdidos após a Independência do Brasil, para colocar o país na trilha de um país desenvolvido.

Assim, temos um exemplo internacional de irracionalidade dos agentes econômicos, quando o objetivo principal a ser atingido da sociedade é o desenvolvimento econômico e a prestação de serviços essenciais para melhorar as condições e qualidade de vida. Este exemplo de país irracional se chama Brasil.

## **SOBRE O AUTOR**

**Luciano D'Agostini é Economista (2002), Mestre (2004) e Doutor (2010) pela Universidade Federal do Paraná. Foi aluno visitante do curso de Doutorado em Métodos Numéricos Aplicados a Engenharia e Estatística da UFPR. Estudou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde concluiu o pós-doutorado em Macroeconomia, (2015-2017). É Integrante do Grupo de Pesquisa Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento/CNPQ. Tem experiência no mercado financeiro, atuando como consultor nos seguintes temas: gestão de carteiras, seguros, política monetária, taxas de juros, taxa de câmbio, inflação, investimentos em renda fixa e variável. É co-autor do Livro Política Monetária, Bancos Centrais e Metas de Inflação (FGV, 2010) e autor do Livro Econometria Temporal Multivariada, Ed. Blucher (2011). Possui artigos macroeconômicos, de finanças e econométricos publicados em revista científica, livro de economia, congressos de economia, reportagens em jornais e revistas econômicas de grande circulação, nacional e**

internacional. É gestor de recursos habilitado pela CVM, professor de Estatística, Matemática, Microeconomia e Macroeconomia do curso preparatório para a ANPEC (CORECON/PR). Foi professor eventual dos cursos de pós-graduação em finanças de diversas instituições. Foi premiado pelo CORECON no Prêmio Paraná de Economia (2005), categoria Artigo de Economia, no Prêmio Brasil de Economia 2010 e 2012, categoria Livro, e 2013 na categoria artigo científico e Prêmio de Selo de Qualidade Acadêmica da Editora Blucher (2011), categoria Tese de Doutorado. A área de pesquisa concentra-se em macroeconomia, finanças, estatística e séries temporais. Atualmente é professor de Economia do Instituto Federal do Amazonas, campus São Gabriel da Cachoeira, local este onde concentra-se as maiores reservas de nióbio do planeta.

**Imprensa:** para entrevistas sobre o SELIC, Reunião do COPOM, Política Monetária, Política Fiscal, Crise Internacional, Crise Política e Econômica no Brasil, Economia Imobiliária, Economia Industrial, Política e Desenvolvimento Econômico.

**Contato:** Prof. Dr. Luciano D'Agostini, telefone (41) 99673-1842, e-mail: [lucianodagostini@yahoo.com.br](mailto:lucianodagostini@yahoo.com.br)

*Os artigos de economistas divulgados pelo CORECONPR são de inteira responsabilidade dos seus autores, não significando que o Conselho esteja de acordo com as opiniões expostas.*

*É reservado ao CORECONPR o direito de recusar textos que considere inadequados*